



**CIDADE E NATUREZA
AS ÁGUAS RELENDO UMA BELÉM DA BELLE
ÉPOQUE (1870 AOS ANOS INICIAIS DE 1910)**

**CITY AND NATURE
THE WATERS REREADING A CERTAIN
BELÉM AT BELLE ÉPOQUE (1870 TO EARLY YEARS
OF 1910'S)**

v. 8, n. 2 [13]
mai/ago (2016)

Dossiê: Cidade e Natureza

Douglas da Cunha Dias
Universidade Federal do Pará
douglasdc_dias@hotmail.com

Resumo

O artigo investigou a articulação entre cidade e natureza considerando os usos d'água na cidade de Belém do Pará durante o período da belle époque. As principais fontes foram jornais da época. Concluiu-se que cidade e natureza, não mais como opostos, compuseram um ideal de vida urbana durante o período evocado.

Palavras-chave

Cidade. Natureza. Usos da água. Belém do Pará (1870-1910).

Abstract

The paper investigated the articulation between city and nature considering the water uses in the city of Belém do Pará through the years of belle époque. The sources were newspapers of the period. It was concluded that city and nature, not as opposites, formed an ideal of urban life during the mentioned period.

Keywords

City, Nature. Water uses. Belém do Pará (1870-1910).

Tradução para inglês da lista de até seis palavras-chave, separada por vírgulas e escritas em Verdana, 10, itálico alinhado à esquerda.

1. Um tempo que se anuncia: belle époque em Belém

Era mais um dia chuvoso do quartel final do século XIX naquela cidade erguida às margens da Baía do Guajará, de rios barrentos e forte correnteza. A natureza, com a fúria de suas águas, parecia um contraponto à modernização imposta pela exploração e comércio internacional da borracha que então alavancavam o avanço do capitalismo sobre o cotidiano citadino: estamos em uma Santa Maria de Belém do Grão-Pará, recorte espacial da pesquisa, cidade cujas elites, em detrimento da camada empobrecida da população, fartavam-se de riquezas, no período que ficou posteriormente conhecido como belle époque, ocorrido entre os anos de 1870 e o início dos anos de 1910, recorte temporal do artigo ora introduzido. Para investigar essa Belém de tempos idos, as fontes adotadas, pertencentes ao acervo do CENTUR¹, foram jornais da época, armazenados no setor de microfilmes, o Relatório do intendente Antonio Lemos (1897-1902) e de 1908, bem como o Álbum do Pará em 1900, do Governador José Paes de Carvalho, armazenados no setor de Obras Raras.

De imediato, é importante destacar que ao longo do artigo a imagem corriqueira de uma Belém da belle époque, ordeira e alinhada à modernidade será perturbada, ou relida, considerando outra face desse período, marcada pela pobreza e exclusão impostas à maioria da população belenense. Assim, o cenário de palacetes e casarões também abriga cortiços; a cidade das elites enriquecidas pela economia da borracha, era também a da população pobre nascida dessa mesma economia; as águas, por sua vez, foram tanto empecilho quanto motor ao progresso e modernização.

O tema natureza – pensada a partir das águas – e cidade, em uma Belém do período evocado, será investigado a partir da seguinte questão: como se deu a articulação entre o processo de urbanização e os usos d'água em Belém ao longo da belle époque? Cidade e natureza, portanto, aparecem como personagens da narrativa em preâmbulo, sendo que as águas – ou os circuitos d'-agua² – serão o fio condutor da trama a ser desenvolvida. Afinal, não foram as cidades da transição entre o século XIX e XX, em especial as capitais, nascedouros de inéditas sensibilidades que incidiram sobre a vida banal? Não coube ao processo de modernização das capitais vincular urbanização e invenção de um sentido positivo à natureza, integrando-a à cultura urbana como extensão e paisagem, porque lugar de refrigério, contemplação, diversões e recomposição das forças minadas pelos ritmos e práticas urbanas? Entre os elementos naturais, a água não se configura como aquele que, ao ser domado, simboliza um espaço urbano governado e moderno?

Olhando para a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, cabe afirmar que dotar a natureza de um sentido positivo, integrando-a à cultura urbana, foi uma construção histórica, guardando, portanto, as marcas do seu tempo. Ou ainda: os elementos da cultura

¹ Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves. Abriga, entre outros, a Biblioteca Pública Arthur Vianna, à qual está vinculado o setor de microfilmes, e o setor de Obras Raras, onde encontram-se os Relatórios de Antonio Lemos.

² Uso o termo a partir de Denise Bernuzzi de Sant'Anna, 2007.

urbana instalados pela belle époque em Belém transformaram as relações cidadinas no que diz respeito ao mundo natural, bem como às sensibilidades e interações entre o espaço urbano e as sociabilidades. Tal processo foi conduzido por um ideário composto, para efeito da pesquisa em tela, pela ciência (em especial a medicina), pela educação (incluindo a educação do corpo e das sensibilidades), pela aquisição de novos (e europeizados) modos de ser, bem como pela composição de leis e códigos de posturas. Ainda de forma introdutória, é importante destacar que educação do corpo, ao longo do texto, será entendida

[...] como uma *noção [que remete]* à necessidade de precisar os elos entre *corpo e educação* para além da escola e implica seguir traços, apreender vestígios, esboçar contornos nem sempre nítidos, nem sempre visíveis e, mesmo, compreendidos como *educativos*. (SOARES, 2014, p.219).

O artigo abordará a natureza a partir de suas águas, transitando entre as formas de banhos, o processo de purificação das águas, a instalação do sistema de encanamento de água potável e a reconfiguração do litoral belenense (a partir da construção de um moderno porto).

De início, importa remeter ao ano de 1897: a cidade de Belém experimentava o progresso, julgando alinhar-se mais às capitais do continente Europeu, do que às brasileiras³. Estava em curso o projeto Intendente Municipal Antonio José de Lemos⁴, cujas ações políticas visavam transformar a capital do Grão-Pará em uma “Petit Paris”, incluindo aí desde a modernização do tecido urbano e a padronização estética (europeizada) das habitações, até a imposição de preceitos higiênicos e de usos e costumes. Para Lemos, a Belém que vivia o auge do comércio da borracha deveria apagar do cenário urbano os traços herdados dos tempos do Brasil Colonial. Essa realidade também se impunha ao Rio de Janeiro e São Paulo ainda oitocentistas. Considerando a cidade do Rio de Janeiro ao alvorecer da República, vê-se focos endêmicos de doenças diversas, entre as quais a febre amarela, assim como uma situação de “[...] fome, [...] desemprego, miséria [que eram] os frutos mais acres [do] crescimento fabuloso e que cabia à parte maior e mais humilde da população provar” (SEVCENKO, 1989, p.52). Já em São Paulo, a salubridade dos rios era a ordem do dia, não apenas em decorrência dos acalorados debates científicos de então, protagonizados pelos defensores das teses miasmáticas em contrapartida aos que defendiam as teses microbianas, mas sim por causa das

[...] endemias e epidemias que flagelavam os habitantes das cidades brasileiras. E na década de 1890, doenças contagiosas desafiavam os tempos de progresso prometidos

³ Em seu Relatório de 1908, Lemos afirma que Belém estava mais próxima “[...] da Europa do que do Rio de Janeiro, com os seus interesses mais ligados ao velho continente e à America do Norte do que ao Brazil de que faz parte [...]” (O MUNICÍPIO DE BELÉM, 1908, p. 30).

⁴ Nascido no Maranhão, em 1843, faleceu no Rio de Janeiro, em 1913. Iniciando sua vida política em Belém como um dos “vogaes” do município, chegou ao cargo de intendente em 1897, e lá ficou até 1911. Por uma série de conjugações políticas, foi deposto e expulso da cidade em 1911. Sobre a administração de Lemos ao longo da belle époque, ver SARGES, 2010. Sobre a figura de Antonio Lemos, ver SARGES, 2002.

[...] inoculando ainda mais desconfiança em investidores internacionais, sócios da elite nativa nos negócios que envolviam a produção e distribuição do café no mercado mundial. (JORGE, 2006, p.30-31).

Esse quadro indica que a imagem de uma cidade enquanto nascedouro de doenças, fosse São Paulo, Rio de Janeiro ou Belém, precisava ser superada em função da modernização ora em curso. Assim, a capital do Grão-Pará olhou às suas águas como objeto de ações médico-higienistas, pedagógicas e legislativas, no sentido de torná-las um produto urbano, dotado de sentido positivo e partícipe do alinhamento ao progresso aos moldes europeus. Dito de outro modo: o projeto sob a administração de Antonio Lemos, incluiu o domínio das águas em seu roteiro, forjando um sentido positivo às mesmas – fosse de refrigério, lugar para recreio ou regeneração da saúde – em detrimento da imagem negativa daquelas como símbolos do atraso, porque focos de pestilências.

Embora a natureza impactasse na vida das elites, era a camada pobre da população, maioria dos cidadãos da capital do Grão-Pará, a mais afetada. Naqueles tempos, as elites começavam a erguer seus suntuosos casarões, seguindo padrões arquitetônicos europeus, que iam da estética à higiene, enquanto a população pobre aglomerava-se em cortiços, e, quando não, em casas que remetiam aos tempos coloniais. Mas, qual fosse a camada social, a natureza – sob a forma de suas águas – afetava o cotidiano da urbe, atravancando a modernização então ensaiada. Pode-se dizer que o processo de expansão citadino implicou que os belenenses

[...] construíssem formas de contato com as águas em suas mais diferentes formas e disposições – fossem as das chuvas muito frequentes, [ou] aquelas que abundavam nos igarapés e pântanos, nas valas e canais - no sentido de enquadrá-las nos modos de vida considerados pertinentes a uma cidade, na qual tornavam-se mais e mais presentes os discursos em defesa da civilização. (ALMEIDA, 2010, p.99).

Os parâmetros de civilização então processados diziam respeito à urbanização e padronização arquitetônica não menos que à exclusão da população pobre do centro urbano, incluindo a demolição dos cortiços e casas populares. Sobre os cortiços, dizia-se à época que, em nome da utilidade pública, deveria ser dado fim a tais antros de

[...] immoralidade, crimes e vícios, que infelizmente abundam nas ruas e praças da capital. A policia e a câmara municipal prestariam um grande serviço banindo esses lupanares, que servem de meio de vida aos malandros e aos ociosos [...]. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30.10.1883, p.2).

A presença dos cortiços arrastou-se até o início do século XX, o que pode indicar um foco de resistência popular. Destarte, durante a intendência de Lemos, os cortiços representaram uma questão de salubridade pública e uma afronta à estética europeizada que o intendente idealizava para a arquitetura citadina. Nesse processo, Lemos privilegiou as elites

belenenses com as transformações urbanas implantadas ao longo de sua intendência, divulgando para o mundo a imagem de uma cidade ordeira, higiênica e moderna.

Fosse para a Europa, América do Norte ou para as capitais mais importantes do Brasil, os relatórios municipais, sob a forma de álbuns cuidadosamente elaborados, com textos escritos por médicos, legisladores engenheiros e advogados, entre outros, bem como repletos de fotografias – muitas das quais de autoria Felipe Fidanza⁵ – divulgaram uma imagem forjada, apartada do contexto real da cidade, enfatizando “[...] as marcas dos prédios *art nouveau* e dos habitantes vestido à moda parisiense, [e ocultando] todos os outros componentes que poderiam caracterizar uma cidade amazônica” (SARGES, 2002, p.107).

A modernização de uma Belém da belle époque, quando pensada a partir dos circuitos d’água, traça um percurso caracterizado por tensões constantes entre a força da natureza e a perspectiva de urbanização da mesma. Dos banhos desnudos no litoral belenense aos banhos terapêuticos, do conforto das casas de banho à chegada da água à privacidade do lar, da perturbação ao cotidiano citadino provocada pelas chuvas torrenciais ao dessecamento de pântanos, a lida com as águas esteve no cerne do processo de urbanização.

2. Banhos: elementos da modernização citadina

Na Belém da belle époque, modernizar os usos d’água foi um processo que exigiu incursões médicas e pedagógicas, assim como as de caráter legislativo e policial. No que diz respeito às formas e usos do banho, há um leque, para efeito desse artigo, que abrange dos banhos proibitivos no litoral belenense aos banhos em recinto fechado, sem esquecer dos banhos de caráter terapêutico.

Sobre os banhos ao ar livre no litoral citadino, pode-se afirmar que os mesmos eram ruidosos, festivos e, muitas vezes, desnudos. Crianças e adultos ali viviam momentos de refrigério e de sociabilidades. Práticas culturais arraigadas às camadas populares, tais banhos desafiavam a ordem pública e a moral, ao mesmo tempo em que representavam um perigo àqueles que ali nadavam, já que as águas barrentas e as correntezas fortes levavam muitos ao afogamento e mesmo ao óbito. Movidas por um ideal civilizatório, a força policial torna-se mais presente – rondando, vigiando e prendendo os que ali banhavam-se – as leis tornaram-se mais rígidas, as formas punitivas, melhor delimitadas, e o valor das multas, maior.

Foram multados pela policia Antonio Domingos Tavares, Joaquim Pinto de Azevedo, João Dias Pinto, e Manoel Ferreira da Rocha, por estarem nus tomando banho no litoral, sendo a importancia das multas recolhidas hoje aos cofres da câmara Municipal. (JORNAL DO PARÁ, 21.07.1874, p.2).

⁵ De nacionalidade italiana, Felipe Augusto Fidanza “[...] foi um dos mais importantes fotógrafos em atividade no Norte do Brasil do século XIX [...]. Dedicou-se ao retrato e à documentação urbana [...]. Fotografias de Fidanza foram apresentadas na Exposição de História do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1881 [...], e na Exposição Universal de Paris em 1889” (KOSSOY, 2002, p.139).

O dr. chefe de policia ordenou que se cesse o abuso dos banhos ao littoral, como é costume fazerem os banhistas, com a roupa do pai Adão. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28.12.1881, p.2).

Sobre o tema, o Código de Posturas vigente nos idos de 1870 dizia em seu artigo 81 que ninguém poderia banhar-se ou lavar-se

[...] de dia nos rios, que banhão as cidades, villas, freguesias ou povoados, fora dos lugares para isso marcados por editaes pelas respectivas câmaras, ou nas valas, poços públicos etc. sem ser cobertos da cintura para baixo. O infractor incorrerá na multa de 5\$000 réis, ou 2 dias de prisão. (JORNAL DO PARÁ, 11.05.1873, p.2).

Cidade e natureza: a Belém da belle époque em processo de urbanização de suas águas, trilhando os patamares europeus de civilidade. As elites rejeitavam os banhos ao ar livre, buscando o recato e polidez dos banhos privados, como será visto adiante. Considerando o que era expresso pelos jornais da época, os banhos no litoral podem ser entendidos como marcos de uma distinção de classes, bem como de resistência aos usos e costumes que naqueles tempos eram esboçados. Destarte, não encontrei registros de membros das elites banhando-se no litoral da cidade, cabendo à população pobre dar permanência a tal prática de longa data, afrontando e opondo-se ao que era regido pelo Código de Postura.

Mas, por que seria tão absurdo assim banhar-se nos rios que margeavam Belém? Era a nudez o único problema? Os riscos de afogamento? As bulhas que ali se formavam? Afinal, em uma cidade que convivia permanentemente com um forte calor, mesmo que visitada pelas chuvas quase todos os dias, e que tinha na escassa distribuição de água à sua população, exceto para a elite, um problema constante, por que não procurar refrigério em animados banhos de rio? O pudor e moralidade relativos aos banhos despídos no litoral pertenciam à população como um todo, ou caracterizavam o comportamento das elites? Cabe aqui refletir com Daniel Roche, quando afirma que o banho popular, na Europa, “[...] desde o século XVII [...] era perseguido, acuado, não por razões médicas mas por motivos de pudor que condenavam a nudez viril dos barqueiros e das crianças da cidade a qual encantava os olhos das lavadeiras” (ROCHE, 2000 p.219). Contudo, funcionamento da cidade não dependia apenas das leis. O papel do poder médico-higienista era fundamental nesse processo, inclusive, no que tange à normatização dos banhos, incluindo os banhos de rio. Afirmavam os esculápios que os banhos de rio poderiam ser tomados sem risco de acidentes caso as pessoas obedecessem alguns preceitos:

1º [...] não banhar-se uma pessoa senão em estado de perfeita saúde; 2º Não entrar n’agua senão quatro horas depois da digestão de alimentos ou de bebidas[...] 4º Apressar a reacção do calor pelo movimento; 5º Sahir d’agua tão depressa se sinta enfraquecimento pela natação ou investido pelo frio. Sob estas condições os banhos do rio não offerecem algum perigo; elles são então uteis, sedativos e hygienicos. (LIBERAL DO PARÁ, 31.08.1884, p.2-3).

Nítido, metódico e estratégico, o ideário médico-higienista aparentava não deixar escapar um só detalhe. Estava tudo ali, bastando seguir à risca. Cumpria sujeitar-se: primeiro, a condição elementar de ter uma saúde perfeita – entendimento naquele tempo ainda embrionário, que buscava na ciência médica sustentáculo e projeção; em seguida, esquadrihar o banho enquanto gesto mundano, elegendo a vida regular, avessa aos excessos, como padrão normativo – e, por fim, respeitar os tempos e ritmos, ficar atento e saber escutar aos sinais advindos do organismo.

No sentido oposto aos banhos no litoral, a modernização citadina oferecia às elites o banho no universo privado, símbolo de conforto, higiene e civilidade. Fosse na intimidade do lar ou em casas de banho – então inéditos espaços de sociabilidade – o pertencimento das águas ao seio da vida privada encontrou na higiene médica importante idealizador e veículo, assim como foi, aos poucos, se constituindo em elemento para a circulação econômica da cidade, configurando uma indústria do banho, que incluía desde sabonetes que prometiam aformosear a pele, até toalhas felpudas e aconchegantes⁶.

A perspectiva médico-higienista defendia que para além do refrigério, os banhos frios seriam capazes de fortalecer o indivíduo, educando-o para o vigor, posto que o

[...] Os musculos tornam-se fortes, o appetite é mais vivo, o exercicio não cansa tanto, o somno é mais calmo; um sentimento geral de força e ligeireza, ao qual a alma e inteligência não são estranhas, tal é o resultado do uso dos banhos frios [...]. (JORNAL DO PARÁ, 26.11.1874, p.2).

A partir das notícias dos jornais, é possível supor que as elites belenenses, ávidas por novidades civilizatórias, entregaram-se à prática dos banhos frios, pagando pelo serviço das casas de banho ao mesmo tempo em que começaram a equipar suas residências com produtos que despontavam no mercado, tornando o ato de banhar-se um hábito corriqueiro e cada vez mais associado à higiene, sem deixar de ser um momento de relaxamento e prazer. Vejamos o que diz o anúncio de uma casa de banhos da época:

Banhos na casa bahiana – [...] no interior do seu estabelecimento tem um vasto e arejado terraço onde por modicos preços se offerecem não só um variado sortimento de bebidas, como o melhor e mais frio BANHO. Por um banho com toalha, pente e sabonete [...] 300 réis; por assinatura mensal de um banho por dia 6\$000 (DIÁRIO DE BELÉM, 04.01.1882, p.4. Grifo do jornal).

É importante pontuar que, embora estivesse em curso o projeto de europeizar os costumes belenenses, o mesmo podendo ser dito sobre outras capitais brasileiras, do entre

6 “As imensas toalhas felpudas proprias para agasalhar e enchugar o corpo antes e depois do banho, encontrão-se – Na Loja Nazareth” (DIÁRIO DE BELÉM. 26.01.1879, p. 3).

“Salão Republicano: Que recebeu dos melhores fabricantes d’America, da França e Inglaterra um lindo e variadissimo sortimento de perfumarias [...] sabonetes finos, pó de arroz, aguas para toucador, aguas para cabelos [...]” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06.01.1892, p.1).

séculos, tal europeização deve ser entendida para além de uma transposição pura e simples de valores e hábitos, ou seja, “[...] o ideal de civilidade europeu teve que ser adaptado à realidade local” (GAGLIARDO, 2014, p.93). Assim pensando, a frequência ou a forma de banho que caracterizava o europeu (pelo menos os que transitavam ou residiam em Belém, assim suponho), parecia diferir dos usos e costumes da população belenense, que preferia banhar-se diariamente, quase sempre, mais de uma vez. Assim, em 1900, o médico Américo de Campos⁷ escrevia um artigo afirmando que eram

[...] nimamente cuidadosos com a limpeza do corpo, os paraenses. Raro, raríssimo mesmo, é quem não uza tomar banho diariamente, ensaboando-se. A isto accresce o uzo de mudar quotidianamente a roupa branca, cuidado de limpeza comum, nos naturaes desta zona, á classe mais baixa, mesmo da mais ínfima condição social [com os banhos ocorrendo] ordinariamente [...] nos proprios domicílios sob o chuveiro, em tanques ou bacias. (O PARÁ EM 1900,1900, p.107-108).

Mesmo que já tematizado pela vida banal, o hábito de tomar banho diariamente não foi prontamente incorporado aos usos rotineiros do entre séculos, já que seus usos não podem ser pensados a partir de uma categorização rígida, até porque inexistente uma cronologia no sentido linear que indique, em um certo momento, a ausência ou pouco uso dos banhos e, noutro, o surgimento dos usos corriqueiros dos mesmos, bem como parece improvável estabelecer que tais usos foram historicamente idênticos entre os gêneros, etnias e classes sociais (SANT’ANNA, 2007). Isso fica evidente no que diz respeito às mulheres belenenses, pois, embora os banhos públicos proporcionassem momentos de sociabilização, a presença de um olhar jocoso às mesmas povoava as páginas dos jornais. Fosse nas casas de banho ou nos banhos de mar, a figura feminina era alvo de ironias. Senão, vejamos:

Na casa de banhos dos arrecifes:

- Como! pois é tua sogra, aquella? Sempre resolveu se a tomar banhos salgados?
 - É verdade e estou muito contente.
 - E porque?
 - Porque tenho esperanças de que ella morra afogada.
- (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05.10.1887, p.2).

Nos banhos do mar:

- Então, Manéco, a tua família não vai hoje ao banho?
- Não; nem tão cedo consinto que ella vá.
- Porque?!
- Ora, por que? Tú ainda me perguntas. Não tens visto o enorme tubarão que aparece todas as manhãs na praia?
- Qual tubarão, homem: aquillo é minha sogra que anda a banhos! (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17.01.1884, p.2).

Considerando o banho de praia como um novo momento de sociabilidade, que passava por um processo de educação do corpo, o tratamento jocoso destinado às mulheres –

⁷ Estudioso de assuntos amazônicos. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

na figura caricata da sogra – qual aparece nestas anedotas, permite supor que a praia, naquele tempo histórico, era espaço masculino, ou ainda, espaço dominado pelo olhar masculino. Mesmo que naquele momento a ida em família às praias começasse a se configurar como pertencente ao cotidiano – nem que fosse durante as férias – a presença da mulher em tais espaços, parecia incomodar. Com efeito, noutra extremo, mas de forma complementar, temos a valorização da presença feminina noutra espaço de sociabilidade relacionado aos usos d'água, que não será abordado no presente artigo, qual seja, o das regatas festivas, realizadas em Belém a partir do ano de 1876, perdurando até o início dos anos de 1900, em um processo de esportivização de tal prática, que culminou no surgimento do remo enquanto esporte náutico. Nesses momentos iniciais das regatas festivas, a presença da mulher era saudada e divulgada na condição de meras espectadoras, com a função de embelezar o evento⁸.

Muda-se o ambiente, modificam-se as sensibilidades e percepções: eis que entram em cena os banhos a vapor, invenção ou realidade do alvorecer de um novo século. Dito higiênicos, terapêuticos e revigorantes, eram voltados para a intimidade do lar e, evidentemente, acessíveis apenas aos membros da elite de Belém. Dizia a propaganda: “Com este aparelho obtem-se um resultado imediato e seguro nos casos de resfriamento, constipações renitentes, reumatismo agudo e chronico” (FOLHA DO NORTE, 02.01.1900, p.3). Observa-se nesse discurso a preocupação ou exaltação do imediatismo e da segurança, ou seja, do resultado rápido e confiável, elementos constitutivos da mentalidade positivista de progresso.

As casas de banho e os banhos terapêuticos não eram acessíveis à camada pobre da população em decorrência dos valores cobrados. Mas, como a prática diária de banhos era defendida pelo ideário médico-higiênico coevo, era necessário oferecer locais para banhos públicos a custos populares. Sobre esse tema, é importante deslocar as análises de Vigarello sobre a Europa para a Belém de tempos idos:

A água dos privilegiados não poderia, no entanto, pertencer só a eles. Uma dinâmica insensível de equalização faz dela um objeto melhor dividido no século XIX. Uma crescente vontade de educação popular também a torna um instrumento de pedagogia: a limpeza seria tanto edificadora como protetora. (VIGARELLO, 2008, p.387).

O conjunto de banhos integrava um movimento de higienização do indivíduo e da sociedade, atrelado ao ideal de progresso e ordem pública. Ou, como quer Carl Smith (2013), “The City Embodied, the Body Citified”⁹. O “corpo urbano” e a “cidade encorpada” eram construídos por intermédio dos circuitos de banhos, associados à garantia e manutenção de

⁸ Sobre o tema, ver DIAS, D.C. (2014); DIAS.D.C. & SOARES.C. L. (2014)

⁹ A Cidade encarnada (encorpada), o Corpo urbanizado. Tradução livre. (SMITH, 2013, p.162).

uma boa higiene¹⁰. A exigência era evidente: o asseio corporal por meio dos banhos – quer fossem em casas de banho ou no seio do lar – era condição primordial ao desenvolvimento da cidade e também à superação do fantasma de uma Belém insalubre. Pensemos com Carl Smith:

Desde que o bem-estar do corpo urbano (social) e do corpo individual foram entrelaçados, tornou-se importante lavar o cidadão e a cidade. A limpeza do corpo do indivíduo impediria, então, que o mesmo se tornasse vulnerável a doenças, de forma tal que o mesmo não se tornaria perigoso, para não mencionar ofensivo, para o resto do corpo social. Entretanto, a América de então não possuía uma cultura de banho. De fato, até o século XIX, lavar regularmente o rosto e as mãos mais de uma vez por dia era incomum, mesmo entre muitos cidadãos que se consideravam refinados, e havia poucos lugares onde era possível tomar um banho de corpo inteiro ou chuveiro (SMITH, 2013, p.166. Tradução livre).

Uma Belém do entre séculos possuía a lida com os banhos como algo mais corriqueiro do que o quadro apresentado por Smith. Afinal, mesmo que deixando os banhos no litoral à parte, as fontes mostram que o belenense costumava banhar-se pelo menos uma vez por dia. Isso, no entanto, não configura que Belém possuísse uma “cultura do banho” a partir do que era preconizado pelos médicos higienistas, o que levou o médico Américo de Campos a dedicar espaço a tal prática em um manual de sua autoria, intitulado “Noções Gerais de Hygiene”, distribuído às escolas públicas pelos poderes de então. Dizia Américo de Campos que o clima quente de Belém exigia banhos cotidianos com água e sabão, contrastando com a prática europeia de banhos escassos por conta do clima frio. Segundo Campos, em Belém os banhos aconteciam na

[...] banheira ou chuveiro, [sendo que] o uso de banheira não [era] dos mais aconselháveis porque a água, não renovada durante o banho, enche-se de tudo quanto destacou-se da pelle [e, quando] uma banheira tiver se ser aproveitada por diversas pessoas, é de boa precaução, antes de abrir a torneira ou deitar a água, forral-a interiormente com uma toalha limpa, visto poder a pelle contaminar-se, sobretudo em hotéis, casas de saúde, de banho [...] (CAMPOS, 1912, p.22-23).

Capitaneado por médicos e engenheiros, surge um conjunto renovado de “[...] concepções científicas referentes ao uso da água e os interesses políticos e econômicos que associavam esse uso à civilização, à ordem e ao progresso” (SANT’ANNA, 2007, p.231). Além da interferência junto à vida banal naquilo que dizia respeito às sensibilidades, esse movimento fomentou o comércio de novos produtos e tecnologias destinadas às artes do fazer cotidiano ligadas aos usos d’água (SANT’ANNA, 2007). Às águas lançaram-se incursões pedagógicas e disciplinadoras, sustentadas pela aliança entre o Estado e a classe médica, com

¹⁰ No Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, foi estabelecida uma educação pela higiene como política dos poderes públicos. Sobre o tema, ver ROCHA, H. H. P. (Org.). Educação pela higiene: histórias de muitas cruzadas. 1. ed. São Paulo; Campinas: Cortez; Cedes, 2003. v. 1.

o apoio e reverberação da imprensa. Assim, das propagandas nos periódicos à adoção de manuais de higiene voltados à família e à escola, a medicalização da vida banal redefiniu um modelo de vida urbana ao mesmo tempo em que inventou um ideal de natureza regenerativa, estabelecendo e institucionalizando comportamentos morais e pedagogias higiênicas¹¹.

3. Das águas impuras, da purificação da água: rascunhos sobre outra belle époque

Reconstruir, reordenar, disciplinar, civilizar: dessecar pântanos, esgotar águas pluviais; racionalizar e definir padrões de pureza da água que seria própria para o consumo; construir reservatórios de água; enfim, contrastando e investindo contra as águas impuras, são estabelecidos os parâmetros das que seriam saudáveis: águas que curam, fortalecem e revigoram, proporcionando conforto e refrigério. O domínio das águas, que se tornou imperioso em uma Belém às margens do século XX pode ser analisado a partir dos enunciados de Daniel Roche sobre outro momento e espaço histórico, mais precisamente a Europa da "Idade Média à época industrial":

A água intervinha em primeiro lugar na formação das cidades e na construção dos seus espaços [...]. Sua gestão se colocava na trama das relações sociais e alimentava os debates políticos como as discussões científicas; seu consumo, a modificação do seu papel e de suas utilizações estavam no centro das políticas urbanas. (ROCHE, 2000, p.186).

Por sua vez, pesquisando a relação entre a água e o conjunto de ideias urbanizadoras nas cidades norte-americanas de Filadélfia, Boston e Chicago entre os anos de 1790 e 1870, Carl Smith apresenta pontos interessantes que podem ser deslocados para analisar a Belém do entre séculos. Diz o historiador, que

[...] um aspecto importante do desenvolvimento urbano: a transformação da paisagem em paisagem urbana. Os sistemas hidráulicos são expressões particularmente poderosas do desejo humano e da capacidade de superar, disciplinar, e, até mesmo, dominar a natureza. (SMITH, 2013, p.121. Tradução livre).

Tais reflexões ganham força ao ler-se que no fim do século XIX Belém ainda era vista pelos estrangeiros como

[...] um completo foco de miasmas, por uma fonte de pestes, por um ninho de micróbios, o que muito a prejudica, tanto no desenvolvimento industrial como

¹¹Para refletir sobre a função educativa da higiene por meio de manuais, é importante a leitura de ROCHA, H.H. P. (org.) (2003).

comercial. Compete pois, a intendência a fazer desaparecer tal fama. (CORREIO PARAENSE, 14.06.1892, p.3).

Para um período que atrelava sua modernidade ao investimento estrangeiro e fixação dos forâneos em Belém, as condições de salubridade e saúde pública eram vitais. Doenças como a febre amarela, a varíola e o beribéri ameaçavam constantemente a população belenense e os estrangeiros que ali aportavam. Nesse sentido, na passagem do século XIX para o XX, em Manaus, a origem da febre amarela na região Amazônica era atribuída a Belém. Com efeito, em Manaus tal doença “[...] preocupava as autoridades sanitárias [por causa] do impacto que causava entre os estrangeiros. A origem das epidemias dessa doença era considerada, pelos médicos locais, externa: procederiam de Belém e de Iquitos [...]” (SCHWEICKARDT, 2011, p.123-124). Destarte, alertava uma crônica de 1890 sobre a necessidade de o asseio de uma Belém, já vivendo sua belle époque, mas que mais parecia uma “cidade do lixo”, para usar uma alcunha da época:

Promova-se o asseio da cidade, removam-se os fôcos de infecções, extingam-se esses *grandes laboratorios* de febres de todo o character, onde animaes mortos e outras materias organicas estão em continua decomposição.
(O DEMOCRATA, 14.03.1890, p.2. Grifos do jornal).

Para os cronistas que se opunham ao Governo, a tão decantada riqueza e seus modos de ser era realidade apenas para as elites, já que a cidade e sua população continuavam vivendo sob o signo da pobreza. As parcas condições de higiene pública eram evidentes e agudizadas pela constante falta de água, diziam os críticos, assim como diziam que, de um lado, a Intendência “cerrava os ouvidos” aos rogos populares e, de outro, a Inspetoria de Higiene ria do povo. Nesse quadro, o lixo acumulava-se à porta das casas, decompondo-se à luz do dia, viciando o ar, impedindo que o povo belenense respirasse “[...] a brisa fresca da noite[...]”¹², que outrora visitava suas janelas. As ruas, praças e estradas, enlameadas, seriam “[...] fôco de podridão e de miasmas. Agua pôdre por todos os lados, em cada esgôto, em cada sargêta! Um cheiro pestilencial por toda parte, - toda a população o sente, menos a Intendencia e a Hygiene” (CORREIO PARAENSE. 05.05.1893, p.2.). Mas essa “cidade do lixo”, cidade entregue a todos os males e intempéries trazidos pelas águas, também não era a Belém das riquezas da borracha?

Garantir a pureza da água consumida em Belém era fundamental para a salubridade urbana e para reforçar a imagem de que a capital do Grão-Pará era uma cidade salubre. A ciência do crepúsculo do século XIX já reivindicava tamanho poder, e as engenhocas que prometiam purificar as águas não tardariam a chegar àquela Belém enriquecida. Destaca-se

¹² Correio Paraense. 05.05.1893, p.2.

sobre este tema a nítida presença da retórica médica entremeadada às propagandas presentes nos jornais:

ÁGUA PURA: Grande sortimento de filtradores d'água, nacionaes e estrangeiros, no armazém [...] de S. Aguiar & C.^a[...]. A mesma casa tem sempre em deposito grande quantidade de talhas, potes, bilhas, moringues e quartinhas de barro, da melhor qualidade. Tudo a preços muito modicos. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 16.04.1882, p.2).

Mesmo longe de ser uma realidade comum à maioria da população belenense, os novos "filtradores d'água" inauguravam formas de controle sobre o uso e qualidade da água. Água pura e água cristalina surgem como termos cotidianos de um estado a ser alcançado. Esse entendimento fica mais claro ao observarmos um anúncio publicado sob o título de "Melhoramento á saude publica". Nele, a narrativa mundana busca referendar-se à custa de uma suposta validação médica:

Já chegarão e achão-se em exposição e á venda [...] as desejadas jarras com as competentes pedras para filtrar e purificar a agua de beber. É pois fóra de de toda a duvida que da agua bebida como até agora muitas vezes contaminada de bixinhos e lôdo, tem de medicos scientificos e abalisados; no entanto que sendo ella transportada pela acção do filtro torna-se aliás pura e salutar [...]. (DIÁRIO DE BELÉM, 14.06.1882, p.4).

Ainda sobre o tema, a coluna de "A Província do Pará" intitulada "Sciencia, Lettras e Artes" discutia a esterilização da água em 1892. De forma melhor elaborada e autointitulada de científica, o jornal apresentava o filtro do "systema Pasteur" como eficaz método de esterilização, deixando claro, mais uma vez, a necessidade do detalhamento e racionalização metódica:

Felizmente, como se vê, não estamos desarmados contra os microbios da água e o processo mais simples é exactamente o do emprego do alun. [...] No dia seguinte pôde-se beber a agua impunemente, quase até o fundo do vaso, até 15 centímetros de distancia do fundo.

O essencial é que ella tenha repoisado por espaço de umas dezoito horas, e que seja aproveitada dentro do praso de uns dois dias, antes de ser novamente invadida pelos micro-organicos (A PROVÍNCIA DO PARÁ, novembro de 1892. Dia e página ilegíveis).

A salubridade do espaço urbano e da privacidade do lar dependia das formas de administração dos usos d'água, e sobre tal mecanismo, o saber médico se fazia imprescindível. Cumpria então seguir o que normatizavam os esculápios, com o respaldo do poder público. Assim, a água começava a ser inserida no seio dos lares, passando de uma condição natural para um bem característico da urbanidade.

4. Contradições de uma cidade que se quis moderna

Contrastando com a cidade europeizada projetada por Lemos, Belém possuía ruas lamacentas e sem calçadas, cortada por igarapés e águas miasmáticas, e que via, dia após dia, crescerem contradições decorrentes do atrelamento de sua economia à exportação da borracha, não menos que do avanço e da lógica do capitalismo. A incursão sobre as águas não se resumia a dessecar aquelas julgadas infectas. Em uma cidade que se queria moderna, o abastecimento d'água depender da coleta em poços e fontes públicas se constituía em um problema. Era urgente dotar a cidade de um sistema de encanamento d'água, problema que se arrastava há décadas. De fato, conforme estudos de Ernesto Cruz, o primeiro movimento nesse sentido data de 1854, quando o presidente da Província do Pará, Sebastião do Rego Barros, recomendou à Câmara Municipal que o major de engenheiros C.F. Belmont Brokenharut ficasse responsável pelos estudos preliminares para viabilizar o encanamento de água potável, que já se fazia necessário e viável "[...] dado o aumento gradativo da sua população e do excelente estado do seu comércio, quer de importação como de exportação" (CRUZ, 1944, p.18).

A partir de Cruz, é possível dizer que ao longo das décadas seguintes pelo menos três grandes contratos foram tentados, sem êxito: Contrato de Mediclott & Cia (1862); Contrato de João Augusto Corrêa (entre 1867 e 1870-71); Contrato Cordeiro-Villa Flôr (1872 ao início de 1880). Em 1880, finalmente, um contrato tem êxito: a empresa "Companhia das Águas do Gram-Pará" – doravante CAGP – tem seus estatutos aprovados em 03 de setembro de 1881 e é fundada dois anos mais tarde (CRUZ, 1944), concretizando um desejo que por décadas vinha se arrastando, mesmo que esse, em seu início, atingisse apenas a elite e uma pequena parcela do restante da população: a água encanada.

Desde sua fundação a CAGP sofreu críticas por parte dos opositoristas ao Governo. Longas discussões foram travadas questionando os termos do contrato estabelecido entre a CAGP e o governo da Província, que estabelecia a distribuição diária de 75 litros para cada residência. Argumentava-se que esta quantidade era insuficiente para uma cidade do tamanho de Belém. Observe-se que o movimento de racionalização dos usos d'água, em particular aquela usada para os banhos, já se desenhava na Europa dos anos de 1800, implicando aí

[...] incluir-se o banho num cálculo unificado de fluxos urbanos. E este gesto implica uma nova imagem: a da água avaliada em volume, para lavar todos os corpos de uma cidade. Representação que, pela primeira vez, calcula, como uma vaga distribuindo as suas forças e diferenciando os seus impactes, a água reservada à lavagem dos corpos. O engenheiro verifica-o e regula os fluxos. Mas também o médico se associa a esses cálculos [...] (VIGARELLO, 1996, p.146).

Medicina e engenharia, juntas, maquinando novos circuitos d'água, normatizando seus usos, conceituando suas virtudes. Penetrando o solo belenense com seus tubos subterrâneos, a CAGP alargava seus domínios sobre as águas da cidade: quantificando a distribuição diária

para cada lar, conceituando os níveis de pureza, controlando a força com que das águas – agora, devidamente canalizadas e domesticadas – chegariam às torneiras de Belém¹³. Ao longo dos anos a CAGP foi duramente questionada pelos opositores do Governo no que se refere à forma com que a água encanada era implantada, bem como à quantidade distribuída para cada residência e os valores cobrados por esse bem. Com o advento da República esses questionamentos ganham força. Em 19 de abril de 1893 foi publicado o decreto que tornou de utilidade pública a desapropriação da CAGP e, em 1895, a CAGP foi estatizada pelo governo da Província. Já com a CAGP estatizada, em 1897, segundo relatório entregue por Manuel Baena, citado por Cruz, em Belém, “[...] o consumo d’água havia aumentado extraordinariamente, em consequência das 39 fontes publicas mandadas colocar nos diversos pontos da cidade” (CRUZ, 1944, p.65).

A mudança no status da água, a partir do momento em que essa passa a ser esquadrinhada e levada aos lares de forma encanada, parece evidente. É mesmo tentador pensar que o encanamento e distribuição d’água por intermédio da CAGP fez com que o precioso líquido deixasse “[...] de ser um produto natural acessível a todos [para tornar-se] uma mercadoria de luxo que era consumida por poucos” (SILVA, 2008, p.112). Muito embora possuir encanamento em casa fosse privilégio de poucos, os que não podiam pagar por esse conforto privado, tinham, como alternativa, o acesso a torneiras públicas, serviço também pago, mas a menor custo. Como era operado esse acesso? Dizia a CAGP:

Constando a esta Companhia que em algumas casas, possuindo torneiras publicas, vende-se agua ao povo á razão de 40 réis por vasilha de 5 gallões ou 20 litros, avisa se aos interessados que não paguem essa medida por mais de 20 réis; [...] N’este mesmo intuito, pede-se a atenção e o concurso das auctoridades policiaes. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 27.04.1892, p.4).

Vigilância e controle, inclusive policial, dos usos e da venda d’água, conviviam lado a lado nestes tempos de frouxidão tecnológica e mesmo normativa. Embora a presença de água encanada nas residências fosse sinônimo de conforto, modernidade e saúde, o serviço nem sempre era pago dentro dos prazos devidos. São inúmeras as notícias informando sobre a necessidade do pagamento das contas d’água e o conseqüente corte do fornecimento caso isso não ocorresse: “A companhia lembra a seguinte clausula impressa em suas contas: - Será fechada a agua ao consumidor que não pagar sua conta até o fim do mez seguinte” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 01. 06.1892, p.4).

Ao processo de encanamento d’água pertencem modernos aparelhos. Integrados ao lar, tais invenções da modernidade proporcionariam conforto, saúde e higiene. Desse modo, em 1887, o jornal “Diario de Notícias” estampava a propaganda da “Casa de Hammond &

¹³ Maiores discussões sobre o tema podem ser encontradas em SILVA, I.P. (2008).

Comp.", cujos "encanadores de gaz, agua e esgoto", eram devidamente "autorizados pela Companhia das aguas". Era anunciado:

Um grande deposito de latrinas inglezas de diversos systemas, tambem lavatorios e mictórios [...]. Bomba de metal e de ferro, de alta e baixa pressão, ralos de cobre para banhos de chuva [...], bombas artesianas [...] ditos de agua para regar jardim [...]. Recebem encomendas para qualquer trabalho de encanação, sendo este feito mediante previo ajuste, garantindo-se a qualidade do material e a bôa execução do trabalho (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03.02.1887, p.4).

O custo destes serviços e utensílios não era compatível à renda da maioria da população. Surge a iniciativa, não concretizada, de o poder legislativo aprovar, nos idos de 1890, um processo que levaria à construção de casas populares em Belém. O primeiro passo foi conceder ao senhor Arthur Sauer a autorização necessária para que este construísse "Casas para operários". Após severas críticas ao processo que concedeu a autorização, o Jornal "O Democrata" demonstra indignação ao constatar que o contrato desobriga o modelo de casa a ser construída

[...] de TER LATRINAS com water closet, com os depositos automáticos de desinfectantes!!! [...]. Foi por estas e outras irregularidades [...] que Arthur Sauer, nem nenhum dos outros concessionarios do Rio de Janeiro conseguiu ainda fazer UMA SÓ CASA para operários no Rio de Janeiro. [...] (O DEMOCRATA, 03.07.1890, p.1. Grifos do jornal).

Embora tais casas populares não tenham sido construídas ao longo do recorte temporal da pesquisa em curso, a preocupação com o sistema de água, incluindo as latrinas e o "water closet" dá indícios de que, ao projeto de modernização da belle époque em Belém, importava dar condições de salubridade às moradias da população pobre, mesmo que isso não tenha se constituído como objeto pontual de ações dos poderes públicos. Avançando no fio do tempo, a presença dos cortiços continua a perturbar a ordem estabelecida. Com efeito, o governo de José Paes de Carvalho, aliado político de Antonio Lemos, afirmava que Belém precisava "[...] construir villas hygienicas para as classes pobres em substituição dos cortiços, que são formidaveis focos de infecção e vicios de toda a espécie" (O PARÁ EM 1900, 1900, p.65). No que pese a exclusão das moradias populares do centro econômico e das regiões nobres citadinas ao longo da belle époque, em um evidente regime de higiene social, considero que garantir condições de salubridade às residências populares remete à manutenção da ordem e bom funcionamento do modelo capitalista em curso, não apenas porque impactaria positivamente sobre a imagem de Belém enquanto cidade salubre, mas, fundamentalmente, por assegurar um estado de saúde para a mão de obra que sustentava tal mecanismo. Nesses termos, as águas configuram-se como motor da urbanização e de mudanças nas sensibilidades e na vida banal.

Como elemento da reconfiguração urbana ocorrida na belle époque, a cidade voltou-se à Baía do Guajará, passando a entendê-la como lugar para o progresso, porque via de acesso e aporte ao mundo europeu. Com efeito, a cidade que começava a demolir para construir, também era a cidade que forjava uma nova espacialidade e sentido à vida urbana que ali se arquitetava. Reconfigurar a espacialidade e os usos das águas guajarinas impunha-se ao processo de modernização, o que implicava a intervenção pontual sobre a Baía e os braços de rio que, sob a forma de docas, já se faziam integrados ao novo sentido de urbanidade. O projeto de redesenhar o litoral incluiria, dessa forma, além de a construção do cais, em detrimento dos trapiches que naquele momento ocupavam boa parte das margens guajarinas, a fiscalização e normatização das casas que ali se instalavam. Desenhava-se dessa forma um transcurso político que faria da vida pública e da vida privada um amálgama, o que ficaria mais evidente no início do século XX, movimento que, grosso modo, ficou sob responsabilidade dos engenheiros e médicos higienistas, cabendo também a esses últimos, a intervenção sobre os corpos.

Projetando novas e recreativas formas de uso para o litoral de Belém e para os balneários, Lemos, em seu relatório que abrange os anos de 1897 a 1902, afirma que as vias de acesso ao litoral belenense precisavam ser remodeladas, dando não apenas visibilidade àquela região da cidade, mas, sobretudo, permitindo que a partir dali a população pudesse migrar aos balneários. Lemos afirma que a avenida Municipalidade, próxima ao litoral, em 1897 nada mais era que uma rua de aspecto repugnante, com

[...] hygiene tão pavorosa, que raro era o transeunte a atrever-se a percorrel-a [...]. Proxima do littoral, esta avenida junta às suas vantagens de utilidade as de recreio, pois pode ter fáceis communicações com o rio, para o acesso às embarcações, quando, no futuro, o desenvolvimento material da região amazônica trazer para os vindoiros, com o desafogo pecuniário, elegantes habitos de distracção nos bellos logradouros públicos por nós realizados ou apenas esboçados intelligentemente (O MUNICÍPIO DE BELÉM, 1897-1902, p.172-173).

Esse entendimento deixa claro que Lemos via no litoral belenense um espaço para recreio e desenvolvimento econômico. Além disso, percebia o intendente que as mudanças atribuídas ao sentido da orla dependiam sobremaneira das condições econômicas da cidade, associando a procura por recreios à força do poder aquisitivo de cada cidadão. O intendente, que um dia fora marinheiro, olhava às águas guajarinas idealizando-as devidamente urbanizadas e sem perder o bucolismo. Dessa maneira, a Baía do Guajará, que trouxera Lemos para uma Belém do lixo e das águas podres, seria por ele redesenhada para emoldurar aquela Belém moderna e europeizada que o seu governo acreditava edificar, em um movimento civilizatório alimentado pelas riquezas de um tempo que se mostrou breve. De fato, era preciso apagar os traços do passado de atrasos, incluindo aí os trapiches e os banhos nus.

Tal movimento implicou reconfigurar a espacialidade do litoral belenense. Foi então que, em 18 de abril de 1906 o engenheiro Percival Farquhar tem a concessão para iniciar as

obras do que viria a ser o moderno porto de Belém. A construção do porto exigiu a criação da companhia "Port of Pará", fundada em Portland/USA. A mão de obra não especializada era destinada à população "[...] local [mas] os profissionais especializados eram procurados através dos escritórios que a companhia mantinha em Londres, Paris e Nova Iorque" (PENTEADO, 1973, p.76). O empreendimento exigiu que fosse realizado o aprofundamento do ancoradouro, iniciado em no final de 1907, fazendo com que "[...] a quietude das noites de Belém [fosse] quebrada pelo ruído dos motores das dragas, [...] preparando o aterro da nova faixa do porto e a futura avenida que a capital paraense ganharia da borracha" (PENTEADO, 1973, p.77).

Em 1909, finalmente, foi inaugurada a primeira parte do porto de Belém e assim, uma nova paisagem se impõe, apagando a estética do passado. Afinal, os trapiches há muito eram tidos como um problema e, por isso, foi "[...] preciso destruí-los após ser paga a indenização devida pela Port-of-Pará" (PENTEADO, 1973, p.78). O poder do capital, construindo sobre as ruínas por si impostas, indenizando para fazer sumir. Era a modernidade, com suas máquinas e ruídos, remodelando o litoral de Belém. Era o capitalismo rompendo as cadências da cidade, impondo aos tempos idos novos ritmos e sentidos, novas paisagens e estéticas, novos comportamentos e sociabilidades. O desenvolvimento material parecia, finalmente, ter aportado em Belém. Com ele, tal qual sonhara Lemos, novos e civilizados hábitos se instalavam na cidade. Cidade que, mesmo fundada às margens da Baía do Guajará, por vários momentos pareceu esquecer da formosura de suas águas, mas que, ali, na aurora do novo século, voltava-se ao seu paridouro.

O domínio sobre as águas era acelerado, marcando o avanço da tecnologia e da modernidade: fosse esquadrihada por tubos e esgotos, purificada por filtros, ou ainda, tendo sua espacialidade e funcionalidade modificadas com a instalação de um moderno porto, as águas pareciam, finalmente, curvarem-se ao domínio do homem moderno. Do centro de captação de água, aos tubos e aquedutos do reservatório do Utinga, do cuidado em manter a pureza das nascentes que ali se localizavam, à imponência do moderno porto de Belém e dos reservatórios de água construídos com ferro importado da Inglaterra, as águas pareciam, enfim, domadas.

5. Notas sobre as águas de um tempo que se esvai

Enquanto cidade, a Belém do entre séculos reflete-se em suas águas e vê nessas um ideal de civilidade que a impulsiona a novas margens. Essa incursão exigiu o esquadrihamento das águas no sentido de domá-las¹⁴. Fosse sob forma de chuvas torrenciais

14 Dizia o decreto de 02 de abril de 1900, sancionado pelo governador Paes de Carvalho:

Art. 1º - Ficam considerados de utilidade publica as nascentes d'água que dentro de uma zona de 20 quilômetros, a partir da sede da capital do Estado, se tornarem necessárias ao abastecimento desta cidade, bem assim os terrenos circunvizinhos indispensaveis a conservação das mesmas nascentes. (apud CRUZ, 1944, p.67).

ou como águas pestilentas, a natureza em uma Belém da belle époque aparecia como entrave à modernidade. Porém, esse sentido negativo foi superado pela maquinação imposta por saberes e poderes de cunho médico-higienista, pedagógico, legislativo, policial e os advindos do campo da engenharia. Cidade e natureza, não mais como opostos, compuseram o ideal de vida urbana em uma Belém que viveu seu apogeu econômico no tempo aqui investigado. A transposição do sentido negativo ao positivo vinculado às águas citadinas, muitas vezes não respeitou os usos e costumes da população pobre, invadindo seu cotidiano e interferindo de forma direta em práticas muitas vezes arraigadas à cultura popular.

Ao mesmo tempo, a reconfiguração urbana provocada pelas riquezas dos tempos da borracha segregou a camada pobre da população, expulsando-a para a periferia, distante do cenário urbano que se modernizava. Explorada pelas elites desses tempos idos, coube às camadas populares a resistência, nem sempre relatada pelas fontes utilizadas pela pesquisa. Mas o silêncio também fala: dos banhos desnudos no litoral, em pleno processo de reconfiguração espacial e dos sentidos atribuídos às águas guajarinas, passando pela presença dos cortiços em meio aos casarões de estética europeizada, as gentes pobres de Belém, invisíveis para os Álbuns Oficiais da Intendência de Antonio Lemos, dão corpo a uma belle époque que precisa ser relida. Afinal, uma Belém da belle époque, alimentada por riquezas, movida pela efervescência cultural e senhora de suas águas, devidamente domadas e integradas à paisagem e cotidiano urbano, também foi aquela que obteve da modernidade não mais que um breve aceno.

6. Fontes

CAMPOS, A. de. *Noções geraes de hygiene*. [Belém]: P. de Oliveira, 1912.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. Relatório Municipal apresentado pelo Intendente Antonio Lemos. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1908.

_____. *Relatório Municipal*. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1897-1902.

O PARÁ EM 1900. *O Pará em 1900*: quarto centenário do descobrimento do Brazil: publicação comemorativa feita pelo Governo do Estado. Governo do Dr. José Paes de Carvalho. Belém: imprensa de Alfredo Augusto Silva: MDCCCC.

Jornal "A Província do Pará", 1882 -1892.

Jornal "Correio Paraense", 1892 -1893.

Jornal "Diário de Belém", 1882.

Jornal "Diário de Notícias", 1881-1883-1884-1887

Jornal "Folha do Norte", 1900.

Jornal "Jornal do Pará", 1873-1874.

Jornal "O Democrata", 1890.

Jornal "O Liberal do Pará", 1884.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. M. R. (2010). **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo.

CRUZ, E. (1944). **A água de Belém: Sistema de abastecimento usado na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos**. Belém, Pará: Revista da Veterinária.

DIAS, D.C. (2014). **Quem te margeia conta de ti: educação do corpo na Belém do Grão-Pará (de 1855 à década de 1920)**. 2014. 484 f. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DIAS, D. C. & SOARES, C. L. (2014). **Entre velas, barcos e braçadas: Belém no espelho das águas (do final do século XIX à década de 1920)**. Projeto História (PUCSP), v. 49, p. 19-49.

GAGLIARDO, V. C. (2014). **Uma Paris dos trópicos?: perspectivas da europeização do Rio de Janeiro oitocentista**. São Paulo: Alameda.

JORGE, J. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940**. São Paulo: Alameda, 2006.

KOSSOY, B. (2002). **Dicionário Histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício de fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles.

PENTEADO, A.R. (1973). **O sistema portuário de Belém. Belém: Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo**.

ROCHA, H. H. P. (Org.).(2003). **Educação pela higiene: histórias de muitas cruzadas**. 1. ed. São Paulo; Campinas: Cortez; Cedes, v. 1.

ROCHE, Daniel. (2000). **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**. Rio de Janeiro: Rocco.

SANT'ANNA, D. B. (2007). **Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Editora Senac.

SARGES, M. de N. (2010). **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**, 3.^a ed. Belém: Paka-Tatu.

_____. (2002). **Memórias do "Velho Intendente" Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu.

SCHWEICKARDT, J. C. (2011). **Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

SEVCENKO, N. (1989). **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense.

SILVA, I. P. (2008). **Terra das águas: uma história social das águas em Belém, século XIX**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém.

SMITH, C. (2013). **City water, city life: water and the infrastructure of ideas in urbanizing Philadelphia**, Boston and Chicago. Chicago: The University of Chicago Press.

SOARES, C.L. Educação do corpo (verbetes). (2014). In GONZALES, F.J.; FENSTERSEIFER, P.E. (orgs.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí: Editora Unijuí, p.p 219-225.

VIGARELLO, G. (org.). (2008). **História do corpo, volume 2**. Rio de Janeiro: Vozes.

_____. (1996). **O limpo e o sujo: a higiene do Corpo desde a Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes.